

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.722 - PR (2018/0328761-6)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL E FAZENDA PÚBLICA DE ARAPONGAS - PR**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE ARAPONGAS - PR**  
**INTERES.** : **MARCO ANTONIO DE SOUSA**  
**ADVOGADOS** : **FERNANDO RUMIATO - PR035261**  
                  **CRISTIANA MARIA DE OLIVEIRA VIEIRA GRANERO PEREIRA - PR046045**  
                  **REGINA DE DEUS BORRALHO BIANCHI - PR016842**  
**INTERES.** : **NUTRIARA ALIMENTOS LTDA**  
**ADVOGADO** : **ALINE CARVALHO DE MELO SIQUEIRA - PR056951**  
**INTERES.** : **LUPUS DESENVOLVIMENTO EM ALIMENTOS LTDA**  
**INTERES.** : **LUPUS PARTICIPACOES LTDA**  
**INTERES.** : **LUPUS AGROPECUARIA LTDA**  
**INTERES.** : **CARLOS LUIZ LOBO**  
**INTERES.** : **CACILDA AMORIM LOBO**  
**ADVOGADOS** : **HENRIQUE NEVES DA SILVA - DF007505**  
                  **REGIS MARCELINO CASTAMANN - PR045654**

**EMENTA**

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DO TRABALHO E JUÍZO EMPRESARIAL. EXECUÇÃO. GRUPO ECONÔMICO. SÚMULA 480 DO STJ. CONFLITO. NÃO OCORRÊNCIA.

1 - O processamento de execução trabalhista sobre bens de outras empresas decorrentes de reconhecimento de grupo econômico, ou de bens dos sócios da empresa em recuperação judicial/falência, os quais não estejam abrangidos para o cumprimento do plano de recuperação/pagamento de credores, não invade a esfera de competência do juízo cível, por inexistir dois juízos distintos a decidir sobre o mesmo patrimônio.

2 - Conflito não conhecido.

**DECISÃO**

Trata-se de conflito positivo de competência suscitado pelo JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL E FAZENDA PÚBLICA DE ARAPONGAS - PR em face do JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE ARAPONGAS - PR.

**Ação em trâmite no Juízo da Vara Cível:** falência da empresa Brazilian Pet Foods S/A.

**Ação em trâmite no Juízo da Vara do Trabalho:** reclamatória trabalhista, em fase de execução.

**Manifestação do Juízo Suscitado:** determinou a penhora e leilão de bens da empresa LUPUS AGROPECUARIA LTDA e dos sócios Carlos Luiz Lobo, Cacilda Amorim Lobo em razão do reconhecimento de grupo econômico e desconsideração da personalidade jurídica.

**Manifestação do Juízo Suscitante:** suscitou o presente conflito ao argumento de que a empresa falida possui patrimônio destinado ao pagamento dos credores trabalhistas, os quais já foram habilitados, inclusive com destinação de uma das unidades fabris para isso.

**Petição de fls. 513/517 de Lupus Desenvolvimento em Alimentos Ltda e outras:** requerem o conhecimento e provimento do conflito para determinar a competência do Juízo Universal com fundamento de que os credores trabalhistas já haviam anuído com a satisfação do crédito com a venda de uma das unidades fabris quando do processo de recuperação judicial.

**Parecer do MPF:** o i. Subprocurador-Geral da República, Antonio Carlos Simões Martins Soares, opina pelo não conhecimento do conflito.

#### **RELATADO O PROCESSO, DECIDO.**

Depreende-se dos documentos colacionados aos autos que o processo de recuperação judicial da empresa Brazilian Pet Foods S/A foi convolada em falência e está em regular andamento perante o Juízo de Direito Suscitante.

Como é sabido, a jurisprudência desta Corte pacificou-se no sentido de que "os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-lei nº 7.661/45 ou da Lei nº 11.101/05, devem ser realizados pelo juízo universal, ainda que ultrapassado o prazo de 180 dias de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da última norma" (EDcl no CC 133.470/SP, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 03/09/2015).

Por outro lado, é preciso destacar que a jurisprudência da Segunda Seção do STJ é pacífica no sentido de que a justiça do trabalho, no âmbito da legislação específica, possui competência para desconsiderar a personalidade jurídica, declarar a existência de grupo econômico e redirecionar a execução em face de empresa a ele pertencente (AgInt no CC 144.788/RJ, Rel. Min. MARCO BUZZI, DJe 19/12/2016. Sem destaque no original.).

Assim, como salientado na decisão proferida pelo Juízo da Vara do Trabalho de Arapongas não houve constrição ao patrimônio da empresa em recuperação judicial/falência, mas tão somente redirecionamento da execução à empresa pertencente ao mesmo grupo econômico e aos sócios.

Na hipótese, portanto, ausente decisão de juízos distintos sobre o patrimônio da empresa recuperanda/falida, o conflito não deve ser acolhido, nos termos da Súmula 480 do STJ.

Ressalta-se que a questão meritória referente ao reconhecimento do grupo econômico, ou preferência da penhora sobre patrimônio da empresa falida, somente pode ser resolvida nos autos da execução trabalhista, porquanto o conflito de competência não pode ser utilizado como sucedâneo recursal.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do conflito de competência.  
Publique-se. Intime-se. Comunique-se aos juízos suscitados.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
Relatora